

Janaúba Transmissora de Energia
Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório de Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“JAN” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A Janaúba é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados de Minas Gerais e da Bahia, proveniente do Leilão ANEEL nº 013/2015.

A Companhia está em fase pré-operacional, ou seja, está em fase de implementação das instalações de transmissão. A previsão para início das operações é fevereiro de 2022.

A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da JAN e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$49 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 2.4.a), a Companhia avalia que o ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$1.576.025 mil (R\$302.902 em 31 de dezembro de 2019).

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem no projeto em construção, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetado, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

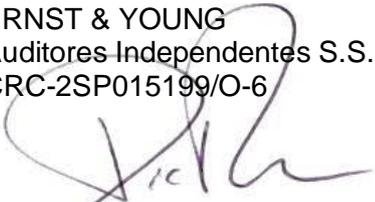
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
<i>Ativos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.803	10
Títulos e valores mobiliários	5	-	653.239
Impostos e contribuições sociais	8	8.372	2.699
Outras contas a receber		5.098	15.718
Total dos Ativos Circulantes		56.273	671.666
<i>Ativos Não Circulantes</i>			
Ativo de contrato de concessão	6	1.576.025	302.902
Direito de uso	7	-	1.041
Outras contas a receber		-	5
Total dos Ativos Não Circulantes		1.576.025	303.948
Total dos Ativos		1.632.298	975.614

	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Passivos			
<i>Passivos Circulantes</i>			
Fornecedores	12	21.348	28.790
Passivo de arrendamento	7	-	475
Impostos e contribuições sociais	8	5.846	2.990
Dividendos a pagar	11	99.061	9.996
Outras contas a pagar		1.986	1.022
Total dos Passivos Circulantes		128.241	43.273
<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Debêntures	13	846.959	766.679
Passivo de arrendamento	7	-	642
Provisão para contingências	14	328	-
Provisão para desmobilização de ativos	7	-	4
Impostos e contribuições diferidos	9	180.229	36.429
Tributos diferidos	10	145.782	28.018
Outras contas a pagar		40.113	-
Total dos Passivos Não Circulantes		1.213.411	831.772
Total dos Passivos		1.341.652	875.045
<i>Patrimônio Líquido</i>			
Capital social		40.645	40.645
Reserva de lucros		40.645	40.645
Dividendos adicionais propostos		209.356	19.279
Total do Patrimônio Líquido	15	290.646	100.569
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		1.632.298	975.614

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	19	1.155.359	190.128
Pessoal		(177)	-
Material		(655.111)	(116.074)
Depreciação e amortização		(270)	(416)
Outros custos operacionais		(1)	(119)
Custos operacionais	20	(655.559)	(116.609)
Lucro Bruto		499.800	73.519
Pessoal		(1.327)	(934)
Serviços de terceiros		(525)	(196)
Outras despesas operacionais		(403)	(100)
Despesas operacionais	20	(2.255)	(1.230)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		497.545	72.289
Receitas financeiras		10.620	10.453
Despesa financeira		(85.223)	(18.568)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	(74.603)	(8.115)
Resultado antes dos impostos e das contribuições		422.942	64.174
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(143.800)	(22.087)
Imposto de renda e contribuição social	16	(143.800)	(22.087)
Lucro líquido do exercício		279.142	42.087

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	279.142	42.087
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>279.142</u>	<u>42.087</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>38.948</u>	<u>1.051</u>	<u>21.791</u>	-	-	<u>61.790</u>
Aumento de capital		1.697	-	-	-	-	1.697
Retificação da destinação da proposta de destinação do resultado do exercício anterior		-	-	4.991	-	-	4.991
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.087	42.087
Destinação do Lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		-	2.104	-	-	(2.104)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(9.996)	(9.996)
Reserva especial		-	-	10.708	-	(10.708)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	19.279	(19.279)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>19.279</u>	-	<u>100.569</u>
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(19.279)	-	(19.279)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	279.142	279.142
Destinação do Lucro líquido do exercício:							
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(69.786)	(69.786)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	209.356	(209.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>209.356</u>	-	<u>290.646</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		279.142	42.087
Itens do resultado que não afetam o caixa:			
Receita de implementação da infraestrutura	6 e 19	(1.273.123)	(211.918)
Receita de aplicação financeira	21	(10.620)	(10.453)
Imposto de renda e contribuição social	16	143.800	22.087
Tributos diferidos	19	117.764	21.790
Custo de implementação da infraestrutura	20	655.111	116.074
Amortização do direito de uso	7 e 20	270	416
Provisão fiscais, trabalhistas e cíveis	14	328	-
Juros e variações monetárias sobre debêntures	13 e 21	82.943	17.421
Juros sobre passivo de arrendamento	7 e 20	59	98
		<u>(4.326)</u>	<u>(2.398)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) Redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(2.565)	551
Redução (aumento) nas outras contas a receber		10.625	(15.691)
(Redução) nos fornecedores		(622.440)	(92.443)
Aumento em outras contas a pagar		963	379
		<u>(613.417)</u>	<u>(107.204)</u>
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(617.743)</u>	<u>(109.602)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(252)</u>	<u>(167)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(617.995)</u>	<u>(109.769)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		<u>663.860</u>	<u>(640.868)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos		<u>663.860</u>	<u>(640.868)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures, líquido dos custos de transação	13	(2.662)	749.258
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(410)	(435)
Integralização de capital		-	1.697
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(3.072)</u>	<u>750.520</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>42.793</u>	<u>(117)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	10	127
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	<u>42.803</u>	<u>10</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>42.793</u>	<u>(117)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Janaúba" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é fevereiro de 2022.

A Companhia é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 29 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.
- c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.
- d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.
- e) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre o montante a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa em 9,74% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos em cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos financeiros.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.5. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.6. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	96	10
Aplicações financeiras	42.707	-
	42.803	10

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	102,84% do CDI	-

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – "Pampulha" – Ativo circulante (a)	-	351.012
Investimento em cotas de fundos – "BTG Pactual CDB Plus" (b)	-	82.012
Aplicação Financeira – CDB	-	220.215
	-	653.239

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(b) Fundo BTG Pactual CDB Plus - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	-	103,08% do CDI
Fundo BTG Pactual CDB Plus	-	102,05% do CDI
Aplicação Financeira – CDB	-	104% do CDI

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha e subestação	31/12/2019	Adição (a)	31/12/2020
LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	302.902	1.273.123	1.576.025
Não Circulante	302.902		1.576.025

Linha e subestação	31/12/2018	Adição (a)	31/12/2019
Pirapora 2 – Janaúba 3 Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	90.984	211.918	302.902
Não circulante	90.984		302.902

(a) As adições referem-se à construção da linha de transmissão:

Localização	Descrição	Ato Legislativo	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (*)
LT 500Kv - Pirapora 2 – Janaúba 3, e LT 500Kv - Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$194.060	R\$959.604	Fevereiro de 2022	Portaria MME 164/2017. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 119/2017

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

7. ARRENDAMENTO

a) Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2019	Depreciação	Baixa de contrato	31/12/2020
imóveis	1.041	(270)	(771)	-
Ativo Não Circulante	1.041	(270)	(771)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Direito de Uso	Adoção inicial CPC 06	Amortização	31/12/2019
Imóveis	1.457	(416)	1.041
Ativo Não Circulante	1.457	(416)	1.041

Em 31 de dezembro de 2020 não houve provisão para desmobilização dos ativos arrendados (R\$4 em 31 de dezembro de 2019).

b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Amortização	Baixa de Contrato	31/12/2020
Imóveis	1.117	59	(410)	(766)	-
	1.117	59	(410)	(766)	-
Circulante	475				-
Não circulante	642				-

Passivo de Arrendamento	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Juros do período	Amortização	31/12/2019
Imóveis	1.454	98	(435)	1.117
	1.454	98	(435)	1.117
Circulante				475
Não circulante				642

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2020	2019
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(270)	(416)
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	(59)	(98)
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	(3)	(118)
Total reconhecido no resultado	(332)	(632)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	2.268	344
Imposto de Renda Retido na Fonte – Receitas financeiras - IRRF	2.618	2.038
PIS e COFINS a compensar	9	9
ICMS	3.477	308
	8.372	2.699
Passivo Circulante		
INSS, FGTS e ICMS	1.313	1.350
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	142	240
ISS	4.369	1.292
Outros	22	108
	5.846	2.990

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (*)	463	152
IRPJ sobre prejuízos fiscais	32.456	7.891
	32.919	8.043
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (*)	(213.148)	(44.472)
Efeito líquido no balanço		
IRPJ e CSLL – Efeito líquido ativo (passivo)	(180.229)	(36.429)

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2021	2022	Após 2023	Total
Diferenças temporárias	407	56	-	463
Prejuízos fiscais	-	10.822	21.634	32.456
	407	10.878	21.634	32.919

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (a)	145.782	28.018

(a) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras contas a receber – OCR – Ativo e Receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	Transações com empresas ligadas					
1	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Reembolso de despesas - Mariana	-	15	-	-
2	Reembolso de despesas - Miracema	-	103	-	-
		-	118	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

II - Outras contas a pagar – OCP - Passivo e Despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP x disponibilidades - CCI - Taesa	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Caso umas das partes não possam cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos. Os custos de implantação no valor de R\$1.512 foram pagos em 10 parcelas mensais de junho de 2018 à março de 2019, atualizados pelo IPCA acumulado.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
3	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" - Janaúba	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
4	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investiment o conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
<u>Transações com Controlador</u>					
1	CCI TAESA 0004/2017 - Taesa	-	-	-	465
2	Reembolso de despesas Janaúba x Taesa	2	270	-	-
3	Backoffice Janaúba x Taesa	27	-	217	-
<u>Transações com Empresas Ligadas</u>					
4	Previdência Privada - Forluz - Despesa	-	-	-	5
		29	270	217	470

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

III – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	9.996	89.065	99.061

Dividendos a pagar	31/12/2018	Adição (*)	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.991	5.005	9.996

(*) A AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do lucro de 2019, reclassificando o valor de R\$4.991, referente aos dividendos obrigatórios, para a Reserva especial.

IV – Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

12. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	21.348	28.790
	21.348	28.790

A Companhia possui diversos contratos vigentes para fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão. Em 31 de dezembro de 2020, possuía saldos a pagar para os fornecedores Selt engenharia (R\$20.120), Elecnor do Brasil (R\$244) e Vale do São Francisco (R\$1.300).

13. DEBÊNTURES

Credor	Taxas de Juros	Venc.	2020				2019			
			Custo a apro-priar	Principal	Juros	Total	Custo a apro-priar	Principal	Juros	Total
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(11.136)	241.124	20.539	250.527	(12.697)	228.463	8.826	224.592
2º Emissão – Série única (b) (BTG/Itaú)	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(35.450)	602.207	29.675	596.432	(35.366)	576.805	648	542.087
Não circulante			(46.586)	843.331	50.214	846.959	(48.063)	805.268	9.474	766.679

- (a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.
- (b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	2020	2019
Saldo inicial	766.679	-
(+) Novas captações	-	799.000
(-) Custo de transações	(2.663)	(49.742)
(+) Juros e variação monetária incorridos	78.804	15.742
(+) Amortização do custo de captação	4.139	1.679
Saldo final	846.959	766.679

Parcelas vencíveis por indexador	Não circulante				Total
	2022	2023	2024	Após 2024	
IPCA - 1ª emissão	47.040	10.471	13.883	190.269	261.663
IPCA - 2ª emissão	-	-	-	631.882	631.882
(-) Custos de emissão a amortizar	(3.195)	(1.424)	(1.284)	(40.683)	(46.586)
	43.845	9.047	12.599	781.468	846.959

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2020 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado, que será exigido após entrada em operação.

14. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo ações cíveis de servidão administrativa.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não tinha passivos contingentes.

	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Cíveis	-	328	328

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$40.645, representado por 40.645.100 (quarenta milhões seiscentas e quarenta e cinco mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; e (b) Reserva especial - Constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2020	31/12/2019 (*)
Lucro líquido do exercício	279.142	42.087
Reserva legal	-	(2.104)
Dividendos obrigatórios	(69.786)	(9.996)
Reserva especial	-	(10.708)
Dividendos adicionais propostos	(209.356)	(19.279)

(*) Como a Companhia está em fase de construção, a AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício. Com essa decisão, os dividendos obrigatórios propostos com base no estatuto, foram reclassificados para a Reserva especial (reserva de lucro).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

	2020	2019
Imposto de renda	(105.736)	(16.240)
Contribuição social	(38.064)	(5.847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(143.800)	(22.087)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Prêmio
RCG	AXA	20/09/20 a 19/09/21	10.000	6
D&O	Zurich Seguradora	18/09/20 a 18/09/21	40.000	6

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

18.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures deduzidas pelos equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

18.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros</u>		
<i>Valor justo através do resultado:</i>		
- Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	42.707	653.239
<i>Custo amortizado:</i>		
- Bancos	96	10
	42.803	653.249
<u>Passivos financeiros</u>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	21.348	28.790
- Debêntures	846.959	766.679
	868.307	795.469

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

18.4. Risco de mercado

18.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

18.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI	2,75%	4,50%
IPCA	4,52%	4,60%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 12 de março de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2020 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	42.707	747
Passivos Financeiros – Debêntures – IPCA	893.545	10.276
		11.023

18.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

18.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos, (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas	-	-	-	241.292	1.124.765	1.366.057

18.7 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

18.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

18.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4 e 5	42.707	653.239	Nível 2

18.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

	Nota explicativa	31/12/2020		31/12/2019		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	13	846.959	892.317	766.679	773.180	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receita de implementação da infraestrutura (*)	1.273.123	211.918
Receita operacional bruta	1.273.123	211.918
PIS e COFINS diferidos	(117.764)	(21.790)
Deduções da receita	(117.764)	(21.790)
Receita operacional líquida	1.155.359	190.128

(*) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação da infraestrutura".

Margens das obrigações de performance	2020	2019
Implementação de infraestrutura		
- Receita	1.273.123	211.918
- Custos	(655.111)	(116.074)
<i>Margem (R\$)</i>	618.012	95.844
<i>Margem percebida (%)</i>	48,54%	45,23%

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2020	2019
Receita operacional bruta	1.273.123	211.918
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(1.273.123)	(211.918)
Receita operacional bruta tributável	-	-

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(169)	(287)
-Benefícios	(1.285)	(541)
-FGTS e INSS	(50)	(106)
Pessoal	(1.504)	(934)
- Custo de implementação da infraestrutura (*)	(655.111)	(116.074)
Materiais	(655.111)	(116.074)
Serviços de terceiros	(525)	(196)
Depreciação e amortização	(270)	(416)
Outros custos e despesas operacionais	(404)	(219)
Total custos e despesas	(657.814)	(117.839)

(*) A Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receita e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde o "Custo de construção" passou a ser "Custo de implementação da infraestrutura".

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais utilizados na implementação da infraestrutura de transmissão.

Despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com seguros, material de consumo, impostos contribuições e taxas, aluguéis e condomínios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	10.620	10.453
Receitas financeiras	10.620	10.453
Debêntures – Encargos financeiros	(82.943)	(17.421)
Juros de arrendamento financeiro	(59)	(98)
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(2.221)	(1.049)
Despesas financeiras	(85.223)	(18.568)
	<u>(74.603)</u>	<u>(8.115)</u>

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 35% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (38% em 31 de dezembro de 2019).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes relacionadas.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui diversos contratos vigentes para fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão.

Conforme nota explicativa nº 11 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1302/2019	11/07/2019	11/07/2025

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2021, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital: A AGE de 18 de janeiro de 2021 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$90.000, elevando o capital subscrito dos atuais R\$40.645 para R\$130.645.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
PF nº 778.993.777-49